

ARREDISMO E ANARQUIA

COMPILAÇÃO DE TEXTOS SOBRE ANARQUISMO E LIBERTAÇÃO NACIONAL

ARREDISMO E ANARQUIA

.....

Compilação de textos sobre
anarquismo e libertação nacional.





Compilado, traduzido e maquetado em Compostela.
Ediçons Diáspora, abril 2015.
ed.diaspora@riseup.net
Agradecimentos a Aarón, Xoán e Melide.

Introdução	7
Independência e anarquismo	11
<i>por Brais Zas</i>	
Anarquismo e luitas de libertação nacional	17
<i>por Constantino Cavalleri</i>	
Apontamentos sobre anarquismo e libertação nacional	27
<i>por Jakue Pascual</i>	



INTRODUÇÃO

.....

Historicamente, só alguns autores, certas individualidades e efémeros projetos abordárom o conflito de libertaçom do povo galego e dos povos oprimidos em geral desde um prisma anti-autoritário integral e, normalmente, quando o figérom foi através de preconceitos ideológicos, sem chegarem a compreender a sua essência, deixando o terreno livre para todo quanto instrumentalizador e autoritário há em todas as iniciativas e operações propagandísticas levadas a cabo por grupos políticos presentes no território. Um dos vários motivos poderia ser a falta de memória e trabalho de recuperaçom com respeito os laços associativos e tecidos comunitários que ligárom o nosso país durante longo tempo desde a sua própria base, assegurando a sua sobrevivência com diversos ensaios autogeridos como aspeto comum. Talvez a consideraçom mais atenta sobre esta

problemática por parte de novas gerações de moços antiautoritários galegos desde fai mais ou menos umha dúzia de anos, inaugurou para o independentismo novas possibilidades projetantes de caráter libertário no contexto de tensom da luta pola autodeterminaçom do povo galego e que poderiam representar um problema de gestom para o Estado-capital em geral, e um rejeitamento íntegro dos Estados tradicionais em concreto, mas no momento presente falamos só dumha interessante projeçom, achando em falta e aproveitando também esta compilaçom de textos para reclamar umha sólida projetualidade. Contudo, a pesar de contribuírem na conquista de logros inegáveis em matéria de identidade e superaçom do auto-ódio grande parte dos libertários galegos excluírom, de forma mais ou menos consciente, a luta de libertaçom nacional durante longo tempo do seu âmbito de atuaçom: *“confundindo-a voluntariamente com abstraçoms chovinistas derivadas de interpretaçoms ideológicas, que conduzírom portanto a nom poder desenvolver um papel positivo, abandonadas para a manipulaçom das diferentes organizaçoms autoritárias que buscam como principal objetivo a gestom do poder, ligado sempre ao Estado-capital tradicional”*¹. A questom é que estas fórmulas contribuem na perpetuaçom dos mesmos arquétipos sociais e partem dos mesmos paradigmas liberais que dérom origem aos primeiros Estados. Entendemos o capitalismo como umha maquinária de ideias e práticas de que fam parte como engrenagem conceitos fundamentais como autoridade, Estado ou patriarcado. Semelha absurdo hipotecar a nossa luta acreditando na constituíçom dumha outra estrutura autoritária. “República galega”, “Trabalho Digno”, “Direito a decidir” ... *“Estas parecem ser as proclamas de moda no nacionalismo galego, abocado a constituir um novo horizonte sem fugir do maltrato parlamentarismo em qualquer umha das suas formas, e obviando as relaçoms de dependência que os Estados criam sobre a sua populaçom. Se calhar é por esta dependência que hoje*

há quem se nega a imaginar fórmulas de base, comunitárias e populares para gerir os recursos desta terra, arvorando sobre o seu pavilhom a bandeira do possibilismo, e berrando aos quatro ventos que xs galegxs somos orfxs de pai porque carecemos dum Estado que defenda os nossos interesses. Acaso nom é esta umha proclama patriarcal? Se as nossas miradas cara o futuro nom pas-sam por questionar-nos o que o capitalismo tem de substrato cul-tural, enraizado na psique da gente, o único que estaremos a fazer é um imenso favor a aquelxs que buscam perpetuar os modelos de produçom e reproduçom capitalista, ainda que for com o rosto da autoctonia”². Olhar esta realidade desde um prisma anárquico, rejeitando a ingerência de qualquer Estado ou estrutura auto-ritária, significa para nós umha consideraçom que nos permite fugir das abstraçons políticas. Valorando o que nom pode ser manipulado: a autodeterminaçom dxs indivíduxs. Nom dx in-divíduo místico nascido da ideologia, senom dx indivídux que surge e evolui na sua própria vivência social ou cultural, isto é: “O indivíduo que vive no seio de comunidades reais que habitam num território determinado, imerso numha história, que por bela ou brutal que seja, é “queiras que nom” a “sua história”...”³. Com esta compilaçom de textos esperamos realizar umha achega que ajude a profundizar sobre a luita pola autodeterminaçom dos povos e dos indivíduos desde os parámetros mencionados.

1 , 3 Anarquismo e luita de libertaçom nacional. Constantino Cavalleri

2 O que é isso de República Galega? Henrique Pérez Lijó



INDEPENDÊNCIA E ANARQUISMO

Brais Zas.

Publicado no ano 2005.

Ao falar de independência e de anarquismo há que começar por clarificar termos, é dizer, que significa e que se adoita entender por independência em termos políticos.

Quando se fala de independência ou de independentismo estas palavras levam-nos automaticamente a pensar noutro termo: nacionalismo.

O nacionalismo, à sua vez, leva-nos a dous conceitos políticos diferentes: pode-mos falar de nacionalismo como ideologia surgida do romantismo e que é a que nos leva a conceber um mundo dividido em nações e a acreditar na sua própria existência, e também do movimento que surge como resposta à opressom de tipo colonial ou cultural

de impérios sobre povos, e que se define e caracteriza por uma exaltação do próprio.

O nacionalismo, entendido como ideia surgida no século XVIII e que levará à criação de diferentes construções nacionais, totalmente artificiosas –esta-mos a falar dos estados-nação europeus– é criação da burguesia e aparece como nova abstracção para substituir as monarquias absolutas, e mediante a substituição da soberania do rei absoluto pela soberania nacional nas novas constituições liberais –identificando a nação com o povo– a nova classe dominante consegue dotar dumha aparência democrática ao novo regime e manter assim os seus privilégios.

O nacionalismo, seguindo com o mesmo conceito do que antes estávamos a falar, é o que permite que um soldado vaia à guerra matar gente que nom conhece doutros estados-nação, acreditando que está a fazer um bem para a gente que vive com ele em sociedade, os seus “compatriotas”. Assim mesmo, o nacionalismo e os estados-nação é o que nos levam a assumir conceitos como nacional- estrangeiro, delimitados polas artificiosas fronteiras criadas por interesses jurídico- político-estratégicos com origem em muitos casos no espólio e o saqueio (sirva como exemplo o colonialismo africano e as guerras que os países europeus deixárom feitas em África como consequência das suas divisões administrativas).

Também podemos falar doutro conceito diferente de nacionalismo, o que nos leva a falar daqueles movimentos que surgem quando um povo vê esmagada a sua cultura e impossibilitado a realizar a sua vida normal com os seus traços culturais, que em nengum caso som melhores nem piores que os de ninguém, mas formam de maneira inevi-

tável parte dumha pessoa e das circunstâncias naturais da sua própria vida e interatuam com as demais pessoas com as que convive em sociedade.

Nengum nacionalismo de por sim é libertador, senom que se intenta apresentar como libertador acompanhado dumhas ideias de justiça social. Polo tanto, o miolo da questom se de ser tod@s livres e iguais se trata, nom está para nada no binómio nacionalismo - nom nacionalismo, senom numhas ideias que analisando a história e os problemas das sociedades humanas ao longo da mesma, presentem soluçons efectivas para erradicar os mesmos, intimamente ligados, à sua vez, aos problemas do entorno no que elas vivem.

Mas do que aqui estamos a falar nom é de nacionalismo, senom de independentismo. Neste senso, cabe dizer num primeiro momento que o independentismo pode ser nacionalista ou nom nacionalista. Isto é, pode ser orientado à formação dum estado-naçom próprio ou pode ser um sentimento separatista que nos conduza a nom repetir mais fórmulas organizativas hierárquicas e autoritárias actuando e intentando liberar o nosso entorno mais próximo.

Embora nom se pode obviar que esse sentimento separatista nom se produz em todo-los lugares por igual, senom que se dá naquelas comunidades de pessoas, que tendo umha cultura diferenciada, vírom a sua proibida, e imposta a que o estado de turno queria que fosse oficial e assumida, já que a uniformização está na natureza de todos os estados, no seu ser autoritário, que vê com maus olhos a diversidade porque esta pode ser um arma do povo pola qual nom submeter-se.

Esse sentimento separatista é justificável. Responde nem mais nem menos que ao feito de que um povo esteja doído pola humilhaçom sofrida, por sentir-se estrangeiro na terra na qual

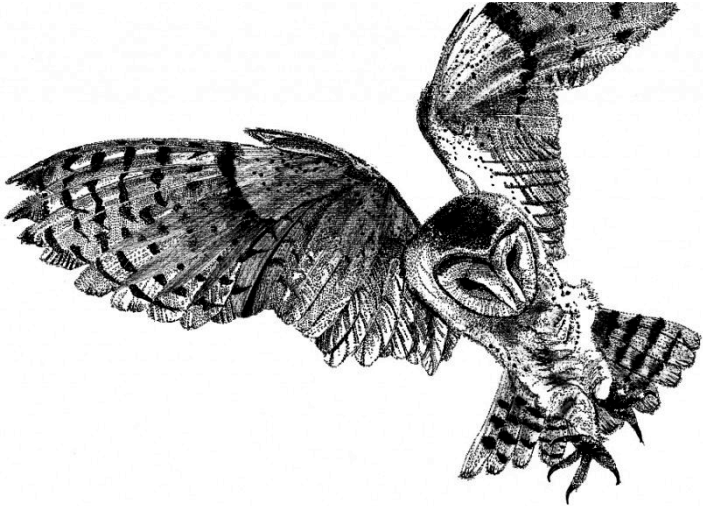
vive (que de nengumha maneira é sua, mas é um sentimento que se dá realmente quando um estado impom umha cultura que nom é a autóctone do povo), por nom querer compartir a convivência dentro dum estado que lhes negou os seus direitos naturais mais básicos, como é expressar-se na língua que aprendeu dos seus ascendentes. E este sentimento separatista, ainda normalizando-se certas situações, queda latente num povo, sobrevive nos seu mais baixos fundos até que um dia sai à superfície, e chega mesmo aos/ás que nom acreditamos nem em naçons nem em fronteiras, e em particular pode chegar ao anarquismo tanto como sentimento dos que pertencemos à cultura pisada ou como estratégia dos que nom estão de acordo em lutar a nível dos marcos territoriais gigantistas dos estados. O sentimento separatista justifica-se histórica e psicologicamente. O independentista libertário bretom Emile Masson perguntava-se se um bretom consciente podia ser outra cousa que separatista. Certas feridas de algumha maneira há que curá-las.

As culturas som umha realidade, mas nom som património de ninguém. Um idioma é simplesmente umha maneira que atopárom certo grupo de pessoas de definir aquilo que os rodeava. Nem mais nem menos. Mas, acreditando nisso, acreditamos também que as luitas devem-se levar a cavo fora dos marcos estabelecidos polos estados, e sim atendendo a circunstâncias mais naturais como som as diferentes línguas – património que nom devemos perder- ou incluso territórios definidos por acidente geográficos; o que podemos denominar povos, nos quais nunca se deve buscar a uniformização nem a imposição do idioma autóctone, senom defender a cultura do povo contra imposições estatais e apoiar a mistura em pé de igualdade.

Nom cave dúvida, que neste século XXI, no que milheiros de culturas está previsto que desapareçam, a luta por conservar as diferentes identidades jogará um papel determinante na luita

ta contra o globalização capitalista que se apresenta como imparável, pois a defesa dessas mesmas culturas pode ser umha perspectiva desde onde se pode começar a orientar a luta em muitos povos do mundo e a conservação das mesmas um signo de irreverência contra quem pretende impor a cultura do consumo e o american way of life a nível mundial. As culturas e as identidades minoritárias som umha arma, hoje mais que nunca, nas maos das classes populares para fazer frente à globalização capitalista, que nom é só económica, senom que impom o gigantista em detrimento do minoritário, e prevalecem os idiomas dos grandes estados, que, à sua vez, som os mais armados e militarizados e máximos impulsionadores da globalização; e por isso mesmo devemos imiscuir-nos nessas lutas contra a imposição d@s que querem um mundo gris no que tod@s cantemos, falemos e bailemos da mesma maneira, e a ser possível ao ritmo dos seus anúncios televisivos.

O nacionalismo, desde o ponto de vista que aqui se pretende expressar, é rejeitável. Funciona dentro do sistema e os seus parámetros, com a mesma ideologia deste. O independentismo deve sair desse redil e o sentimento separatista que inevitavelmente está presente em muitas pessoas que estão fartas de estados e dos seus marcos territoriais deve ser conduzido cara à autogestom das nossas vilas e povos, cara a democracia directa, para liberar-se do estado e o capitalismo ao tempo de fazer frente à sua tendência globalizadora e uniformadora.



ANARQUISMO E LUITA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Constantino Cavalleri.

Publicado na revista “Nihil”, nº de maio-agosto de 2006.

Se valorizamos o tema desde a ótica quantitativa, @s anarquistas que ousárom abordar as luitas independentistas, ou de liberação nacional, fora de preconceitos ideológicos ou linguísticos, tenhem sido numericamente umha ínfima minoria do movimento. Isto resulta substancialmente verdadeiro inclusive para o período no qual o envolvimento anarquista em tais luitas foi importante, no mesmo coração da Europa ocidental: nos anos a cavalo entre o início da década de 1970 e finais do decénio seguinte.

Quiçá umha consideração mais atenta da temática teria aberto ao anarquismo a possibilidade de ter umha influência maior, mais consistente, em todas aquelas situações de

luta pola autodeterminaçom que implicam a populaçoms mais ou menos amplas, e que representam um grave problema de gestom para o Estado-Capital de modo geral, e para os estados tradicionais em concreto. Pensem na situaçom que deve enfrentar o Estado espanhol em relaçom à questom basca ou catalá, e frente às tensons centrífugas que cristalizam em zonas como as Astúrias ou a Galiza; também na situaçom que se lhe apresenta ao Estado francês em relaçom às questons basca e corsa, e à cada vez mais emergente da populaçom bretona.

A maior parte do movimento anarquista, sem ter enfrentado o problema da libertaçom nacional, nom sendo de modo esporádico e através dos lentes da ideologia, nom chega nunca a o compreender na sua essência, e persiste no seu distanciamento das realidades correspondentes. Deixando as maos livres a todo o que de especulativo, instrumentalizador, eleitoralista e autoritário há em todas aquelas manifestaçoms, iniciativas, encontros, congressos e operaçoms mediáticas levadas a cabo por partidos e grupos políticos presentes no território em que se desenvolve umha luta independentista. Grupos e partidos que temem como referência as instituiçoms europeias, e as avalizam como referentes de ‘primeira ordem’ para aquelas ‘naçoms sem Estado’ das que se autoproclamam representantes qualificados. E é evidente que se o anarquismo, em base a consideraçoms exclusivamente ‘de princípios’ fundadas sobre raciocínios de doutrina aparentemente desqualificativos, continúa situando-se fora desses contextos de luta, somente reforça a tendência ‘purista’ que o afasta dessa sociedade que nom chega a entender, à que só leituras e interpretaçoms acomodadas reduzem a umha massa entregada por completo ao chovinismo ou ‘nazionalismo’.

Embora só seja desde a ótica da luta anti-repressiva que os movimentos revolucionários de classe devem enfrentar contra a atuação da universalizadora polícia do novo estado europeu, há que continuar a criticar o apoio que lhe dam as grandes e pequenas forças que sustentam as instituições interestatais do velho continente, e as operações que requerem intervenções diretas naquelas realidades ‘locais’ das quais emerge um apoio direto ou indireto às ditas instituições. Nem só; a mesma crítica do capital e a concentração económico-monopolística dos grandes trust (produtivos e financeiros) que governam a Europa, deve encontrar nas populações locais um referente válido que atirando em direção centrífuga representam umha possibilidade de obstaculizar os desenhos homologadores e pacificadores do capital-Estado multinacional.

O ter excluído a luta de libertação nacional do âmbito dos interesses e a atuação própria, o tê-la confundido voluntariamente com o chovinismo (porque deriva de interpretações ideológicas), tem constringido a maioria d@s anarquistas às margens de movimentos sociais de grande relevância e mais ainda a nom compreender nada, e por tanto a nom poder desenvolver um papel positivo, nos conflitos entre etnias diferentes, abandonadas à manipulação das diferentes forças autoritárias cujo objetivo único é a gestom do poder (ligado sempre e em toda parte ao Estado-capital tradicional): pensemos na ausência quase total do anarquismo nos recentes conflitos nos estados ex-socialistas e nomeadamente na ex-Jugoslávia.

Pola contra, hoje como ontem, aos olhos daquel@s de nós que olhamos a sociedade com desencanto, longe de leituras politico-céntricas, dos dogmas ideológicos, e ao mesmo tempo somos crític@s radicais da ideologia mor-

tificante do poder constituído em todas as suas variantes, nom é impossível entrever através do véu com o que se procuram ocultar os conflitos sociais, momentos significativos dessa oposiçom nom valorizada nem considerada nos seus justos termos sociais e culturais. Essa oposiçom pom em discussom as tensons mundializadoras do capital-Estado: a redescoberta dalguns elementos da cultura ‘tradicional’ das comunidades humanas, esvaziados dos valores e do sentido da vida de que som portadores pola ideologia dominante da mercadoria e o consenso generalizado em torno do sistema de alienaçom vigente. A recuperaçom da música étnica, das línguas, das tradiçons, assinala (é verdade que de maneira contraditória e facilmente utilizável no circuito quase-religioso e comercializador do exótico que representa umha faceta mais da mercadoria pós-industrial) um emergir de sensibilidade que redireciona vontades e consciências para a busca dumha visom mais ajustada à medida do ser humano, enraizada no magma da naçom.

Observar hoje em dia os acontecimentos do território em que se habita com umha conceçom que vê ao homem como substancialmente unido ao território, e nom tentar salvaguardar a sua integridade, ou ao menos reservar-lhe um certo respeito, supom oferecer umha ocasiom manipulável para as posiçons e movimentos ecologistas co-gestores do sistema do Estado-capital; mas esta visom também abre a possibilidade a dissidências radicais e oposiçons reais à marcha geral.

É verdade, trata-se quase sempre de movimentos e sensibilidades que desde finais da pós-guerra da II Guerra Mundial emergiram nas sociedades altamente tecnológicas e opulentas: os USA e parte da Europa ocidental;

e que o próprio sistema contribuiu a dirigir em parte para a sua própria neutralização nas modas new age e o orientalismo. Artifícios e comportamentos pacificadores que reconduziu o espírito originário e @s portador@s do mesmo à vida tranquila que a sociedade do Estado-capital reproduz esterilizando as tensões centrífugas com exercícios de ioga, ecologismo de cartom postal, cozinha orientalizante, literatura esotérica, mentalidade budista... todo isso coexistindo em simbiose com a presença da metrópole, inclusive com a mais alienada do mundo.

Pola contra, nada se pode declarar definitivamente pacificado. No coração da própria Europa late um universo, um mundo não plenamente aculturado nem domesticado para a vontade, os valores e interesses do Estado-capital pós-industrial. É o mundo das zonas rurais, onde as populações camponesas e montanheiras, ou a das zonas tradicionalmente dedicadas à exploração mineira, enraizadas no seu território e a sua própria atividade econômica, e portanto unidas à cultura da que essa atividade é um simples traço, se adaptam mal às reestruturações substanciais que impõem a globalização do mercado na época telemática.

O mesmo fenómeno da dependência total do campo, da ruralidade pelo geral, das vilas e aldeias, respeito da metrópole, e desta com respeito aos poucos centros do planeta em que se joga a sorte das multinacionais em gigantescas operações político-financeiras, determina ou esta redeterminando um fenómeno de migração para o centro do sistema planetário, para a metrópole entendida num duplo sentido, como cidade e como país rico. Um fenómeno de dimensões tão amplas necessariamente deve encontrar, tarde ou cedo, um dique, um limite. Limite

que nom é difícil imaginar cruento, autoritário, repressivo, como de facto já se manifesta em frente a milhons de desesperad@s obrigad@s a fugir da sua própria terra por causa das condições que a colonização ocidental impujo recentemente ou no passado mais ou menos remoto.

Som estes fenómenos abertos a milhares de possibilidades, nas que desta vez @s anarquistas, @s libertári@s, tod@s @s antiautoritári@s están chamad@s a intervirem. E é necessário que desta vez o fagam repassando e reavaliando as cousas à luz das experiências do passado, e nomeadamente da luta de libertação nacional e da posição assumida por muit@s ao respeito.

Dito o qual fica dizer, em poucas linhas, algumas cousas de diversa natureza, que no curso dos anos me tenhem levado, dum modo ou doutro, a focalizar melhor -dentro da conceção anarquista da existência e da luta revolucionária/insurrecionalista- a luta de libertação nacional, as ocasiões histórico-culturais que a originárom e os elementos que ham de a caracterizar para afastá-la do tentáculo monopolizador das forças do poder que em múltiplas situações están a reduzi-la a um assunto de negociação política, ou matando-a do todo, encanando-a para o caminho sem saída do confronto entre exércitos -o do Estado dominante contra o do Estado que pretende emergir-.

A reestruturação da disposição capitalista mundial derivada da informatização de todos os ámbitos da sociedade, obviamente redesenhou também o papel dos próprios Estados. A universalidade do capitalismo, das regras impostas para a produção e o consumo de mercadorias, atribui a cada estado o papel predominante de

garante da integridade do capital, dos investimentos, da circulação das mercadorias, dos ganhos do roubo. O velho Estado-nação, com a sua ideologia funcional e mistificadora, nom tem já como tarefa o garantir o capital nacional, senom o capital internacional das multinacionais. E deve garanti-lo, nom segundo as suas próprias regras, mas segundo aquelas que som estabelecidas nos diversos acordos multiestatais, nos que som as próprias multinacionais, às que estão unidos os Estados e governos de todo o mundo, as que proponhem e imponhem as suas regras. A política de fundo desses acordos é a instituição mediante a força da chantagem e dos exércitos das denominadas ‘leis económicas’ e assegurar aos donos do mundo o livre acesso às matérias primas, a eliminação da concorrência, o controlo das populações e a sua dependência das centrais de manipulação genética tanto no campo alimentário como no industrial. Os Estados tradicionais tenhem o dever de satisfazer essas necessidades.

Naquelas situações em que os Estados tradicionais devem enfrentar forças centrífugas, como as luitas de libertação nacional, tenta-se recompor umha ordem estável, inclusive permitindo a criação de novos Estados, embora impondo um período de prova para avaliar a capacidade do novo Estado para impor a ordem social desejada no território da sua concorrência. Esta direção da política mundial pode-se observar aplicada na Palestina, com o consenso do próprio Estado israelita, ou no Iraque com a constituição da região autónoma do Curdistão. Mas também se podem observar contratos semelhantes nas periódicas propostas de ‘pacificação definitiva’ na Espanha, na Inglaterra e parcialmente na França em frente à Córsega. A destruição total e definitiva do Estado ex-ju-

goslavo é exemplo consumado de como se pretende fazer quando nom existirem soluções alternativas. Dentro do mesmo enquadramento podem-se interpretar também os acontecimentos da América latina e do continente africano.

A política imperialista atual gira ao redor de situações sociais que devem ser estabilizadas, e num certo modo pacificadas, dentro dos modelos de existência baseados na homologação cultural e a dependência material do domínio centralizado das mercadorias virtuais. O nascimento e a morte dos estados, guardas dos interesses do capital, agora está unida à virtude da cada um deles para controlar o território atribuído. Ali onde os gestores dos novos Estados se mostram capazes de gerir a segurança do capital melhor que os Estados preexistentes, por grandes ou pequenos que estes sejam, som alimentados e sustentados pola política mundial, a nível económico, ideológico e militar. Mas ali onde nom demonstram essa capacidade (é o caso do Estado palestiano, dos estados emergidos do desmembramento da Jugoslávia, etc.) há disposição de interromper os acordos, discutir os tratados, de alimentar guerras de extermínio entre as populações, com o objetivo de resolver, mediante a destruição em massa, as contradições emergentes das situações sociais nom pacificadas.

Observar essas realidades com olhos desencantados significa considerá-las à luz do que nom pode ser mitificado, nem instrumentalizado: à luz da autodeterminação que parte do indivíduo. Nom o indivíduo místico nascido da ideologia, mas o indivíduo nascido da sua vivência social, cultural, isto é, o indivíduo de carne e osso, nascido e vivido no seio de comunidades reais, num território determi-

nado, dentro dumha história dada, que por bela ou brutal que seja, é na fim de contas “a sua história”.

Umha mirada assim só resulta significativa se nom se elevam a absolutos os conceitos e as realidades que estes expressam; ademais nom sei se é do todo possível depurar a mesma linguagem de todas as incrustaçõs da ideologia da dominaçom que se lhe tenhem imprimido ao longo de séculos.

Assim, deste ponto de vista o anarquismo tem cousas que dizer ao respeito, desde as consideraçõs de Bakunin aos estudos de cientistas sociais como Elisée Reclús e Piotr Kropotkin, obviamente tirando-lhes o lastre positivista e progressista próprio da sua época.

Polo de agora, trata-se só de lançar um desafio para o debate.



APONTAMENTOS SOBRE ANARQUISMO E QUESTOM NACIONAL

Jakue Pascual.

Artigo de colaboraçom para Borroka Garaia da!.

Na interpretaçom do que é o anarquismo é habitual cometer um erro de apreciaçom e entender o libertário como alheio à terra, à etnia, à língua ou à naçom, confundindo a crítica do Estado com a da autodeterminaçom dos povos. Quando o certo é, nom devemos perder de vista, que para o anarquismo os referentes territoriais, étnicos e linguísticos som parte da base natural sobre a que se artelham as interaçons que geram as identidades populares. De nom ser assi nom poderíamos entender a série de oposiçons nas quais historicamente se apoia o ideário anarquista: independência dos povos versus imperialismo estatista, antimilitarismo frente a militarismo, livre federaçom contra centralismo, nom separaçom de questons nacionais, sociais e pessoais em oposiçom ao individualismo abstracto, transformaçom

permanente frente a comportamento unidimensional, bio-territorialidade como alternativa ao desenvolvimentismo insustentável, circularidade assemblear e nom verticalidade na toma de decisons, ademais de rejeiçom solidária e anti-autoritária de toda desigualdade e discriminaçom.

Os clássicos anarquistas, Bakunin e Kropotkin, nom som tam néscios como para cair na armadilha de confundir as maquinarias estatais ao serviço de poderes concretos, que se valem de propagar definiçoms identitárias abstractas para o mantimento ou a conquista do poder, com as relaçoms que modelam de facto as formas de ser e expressar-se dos povos. Kropotkin, na sua carta a Maria Korn, fala sobre a questom irlandesa e insiste na necessidade de incluir a análise dos aspetos sociais e económicos nos movimentos de emancipaçom nacional. Para o príncipe, a disjuntiva do apoio anarquista é nítida: “Em todos os lugares onde o homem se rebela contra a opressom individual, económica, estática, religiosa e sobre todo nacional, o nosso dever é estar ao seu lado”. Também Bakunin defende a ideia de umha liberaçom social ligada aos processos de emancipaçom dos povos, opondo ao nacionalismo estatalista um nacionalismo revolucionário de carácter social e federalista. Um bom exemplo disto é o Programa da Associação Polonesa Social-Revolucionária, onde se afirma que: “A ordem que reina hoje na Polónia, baixo o jugo estrangeiro, manifesta-se incessantemente, como em todas as partes, com o despotismo político e económico de umha minoria privilegiada sobre as massas”. A Polónia autodetermina-se lá onde o povo quer ser polonês. Bakunin fai extensivo o apoio anarquista à independência de todos os povos do orbe, e mostra umha especial porfia, como eslavo que é, por liberar os povos da regiom de onde ele é originário da opressom alemá, russa e turca. Na sua

conceção autodeterminista, a secessão é um direito que assiste a livre associação entre os povos (federalismo, socialismo e antiteologismo). Circular aos meus amigos da Itália: o Estado é umha abstracção, a pátria é natural. É um facto que as pessoas amam a sua pátria. Todo povo tem o seu carácter: “Por isso me sinto franca e constantemente o patriota de todas as pátrias oprimidas”, di.

Os anarquistas participam nas luitas de liberação da Bósnia e Herzegóvina. O poeta libertário Boter implica-se na insurreicção búlgara. Cria-se a Organização Revolucionária do Interior da Macedónia e de Andrinopla, que lutar-á contra a opressão do império otomano. O anarquista Guerdjikov será um dos três chefes elegidos para dirigir umha insurreicção que se projetará dumha forma dual e simultânea; por um lado como liberação nacional do jugo turco, criar-ám-se os Grupos da Morte, núcleos do futuro exército revolucionário e, por outro, como revolução social constituir-ám-se comités em cada espaço liberado. A superioridade das tropas turcas botará a perder este intento emancipatório e produzirá um éxodo cara a Bulgária de mais de 20.000 exilados. Neste processo revolucionário será significativa a negativa dos social-democratas a participar no mesmo.

Os situacionistas encontram a Makhno, vagabundos como eram acham exilado em Paris o guia da guerrilha anarquista ucraniana. O agudo Cohn Bendit do 22 de Março (‘O esquerdismo, remédio à enfermidade do comunismo’) atopa-se com a história da Makhnovitchna. Hábil dissertador, salienta o seu carácter conselheista, mas esquece matizar a sua pertença a um povo concreto, ainda quando os manifestos makhnovitsi sempre falem da Ucrânia. Um trecho: “Quem som os makhnovitsi e que causa defendem? Os makhno-

vitsi som camponeses e operários já insurreccionados em 1918 contra a brutalidade do domínio burguês, alemám, húngaro, austríaco e contra o hetman [chefe dos cossacos] da Ucrânia. Por que se lhes designa makhnovitsi? Porque durante as jornadas mais duras e mais graves da reaçom na Ucrânia, tivemos nas nossas filas ao infatigável amigo e condutor Makhno, cuja voz ressoou por toda a Ucrânia protestando por todas as violências que se cometiam contra os trabalhadores”. O segundo frente que se abrirá contra esta guerrilha será o do Exército Vermelho controlado polos russos. O Tratado de Brest-Litovsk assinado entre a revolução bolchevique e as potências centrais cedera a Ucrânia ao império austro-húngaro.

E no México, Flores Magón apresenta a possibilidade libertária indigenista ao povo yaki. O seu livro de cabeceira é ‘A conquista do pam’, partilha espaço na revolução com Villa e Zapata, contra quem também se revolvem os batalhões vermelhos que apoiam a Carranza. Funda o Partido Liberal Mexicano e envolve os anarquistas estado-unidenses numha aventura, promovendo desde Los Angeles a invasom da Baixa Califórnia, com a intençom de criar neste território umha república socialista independente. Morre num cárcere dos EUA, no qual cumpria umha condena de vinte anos, por sabotar com um manifesto os esforços bélicos do gigante americano.

Angiolillo executa o supressor das liberdades bascas no balneário de Santa Águeda, como bem o sabem em Bergara. Umha açom anti-imperialista em apoio a umha Cuba livre.

Um texto também clássico sobre o anarquismo e a questom nacional será o de Rudolf Rocker, *Nacionalismo y cultura* (*op. cit.*, 1977); neste livro, cuja primeira edição castelhana

aparecerá em 1936 na editorial anarquista Tierra y Libertad, dará-se um repasso histórico às diferentes concepções da nação e o Estado.

Já antes da Guerra Civil espanhola, personagens procedentes de correntes marxistas trotskistas, como Andreu Nin (POUM), adotariam postulados próximos a Bakunin sobre a questão nacional, apoiando a autodeterminação dos povos e a revolução social nos mesmos. Em concreto, serão mui ilustrativos a este respeito vários artigos de Nin como: ‘Consideraciones sobre el problema de las nacionalidades’, *Comunismo n° 12, Mayo 1932*. ‘El proletariado y el problema de Cataluña’, *editorial de El Soviet n° 4, 12 de Mayo 1932*. ‘El problema de Cataluña queda en pie’, *editorial de El Soviet n° 9, 23 de junio 1932*. ‘La cuestión de las nacionalidades y el movimiento obrero revolucionario’, *Comunismo n° 37, Agosto 1934*. ‘El marxismo y los movimientos nacionalistas’, *Leviatán, Septiembre 1934*. Todos eles compilados em ‘Andreu Nin: Por la unificación marxista’, *op. cit., 1978*.

Outros pensadores libertários que aunarão critérios com a libertação nacional serão o galego Ricardo Mella, que atacará diretamente todo tipo de centralismo (referência tirada de ‘Nacionalismo e anarquismo’, publicação do grupo *anarco-independentista galego Treboada*). Angel J. Capeletti que analisará o papel do nacionalismo burguês e o seu pagamento aos interesses imperialistas, contribuindo à desviação das potencialidades que contêm no seu seio as lutas de libertação nacional anti-imperialista latino-americanas.

Mais atual será a abordagem de Alfredo Bonanno, cliente recente das prisões italianas, acusado de instigação à insurreição, apologia do delito e pertença a Azione Revolu-

cionaria, e que contará com umha extensa bibliografia nom editada em castelhano, mas da qual o fanzine anarco-independentista catalám Icaria extrairá um texto sobre a luta de liberaçom nacional do seu livro ‘*Sicilia: Sottosviluppo e lotta di liberazione nazionale*’ (1969) (Alfredo Bonanno, ‘Luita de Liberación Nacional’; em *Ikaria*, nº 21, dezembro de 89 – janeiro de 90). Este será um texto interessante, em que se exporá umha crítica do internacionalismo abstracto, mantendo que as pessoas nascem numha situaçom histórica concreta, na qual se darám relaçoms económicass, sociais, étnicas e linguísticas particulares. Ainda que a aportaçom mais singular de Bonanno será a do “limite étnico”, questom que para ele deverá contemplar qualquer desenvolvimento do federalismo anarquista na sua livre associaçom. Para Bonanno as revoltas concretas, terám lugar num tempo e num espaço, que nom temhem por que coincidir com as fronteiras impostas polo Estado. A consideraçom étnica anteporá-se assi às disposiçoms político-administrativas e será umha das premissas com as que se deverá contar à hora de projetar o princípio de desapareçom do domínio baixo a sua forma estatista. Bonanno negará qualquer consideraçom sobre a potencialidade do nacionalismo burguês capitalista e eliminará qualquer possibilidade de pacto com os exploradores internos à comunidade. A base étnica, que será o limite da federaçom revolucionária, nom terá nada que ver com a divisom de classe imposta polo capitalismo interior. Para Bonanno, a luta de liberaçom nacional deverá superar a simples descolonizaçom e atacar o desenvolvimento capitalista; aqui residirá a sua dimensom revolucionária, que implicará, logicamente, a destruiçom do aparato de dominaçom, do Estado, como esfera de decisom externa à comunidade. Se Bonanno relaciona o seu internacionalismo anarquista com a questom autodeterminativa da Sicília, na Sardenha atopa-

remos-nos também com um tipo de pensamento e prática similar. O texto de Constantino Cavalleri, ‘Sardegna: *Anarchismo e lotta di liberazione nazionale*’ (*La Fiaccola, Ragusa 1983*), será um claro exemplo de análise desde as coordenadas anticolonialistas sardas e da aplicação do pensamento anarquista às mesmas. Também salientaremos o capítulo do livro publicado pola O.C.L. ‘*Les luttes de libération nationale*’ (*Organisation Communiste Libertarie, Etat des lieux... Et la politique bordel!*, *Acratie, 1989*, pp. 297-315).

No contorno basco, o pensamento antiautoritário e libertário também estará presente à hora de dar a sua interpretação do facto nacional e de estabelecer com ele as suas mais variadas inter-relações. Poderemos indicar que historicamente existirám referentes para contemplar esta questão. As tradições circulares que ainda hoje se mantêm serám um exemplo ancestral dos ideais de decisom em comum e de ajuda mútua. O AUZOLAN evidenciará um alto grau de solidariedade, de apoio mútuo, em que participará diretamente o povo em pleno quando se requer a sua presença para satisfazer umha série de necessidades da comunidade ou dalgum membro da mesma. O BATZARRE que exemplificará umha forma primigénia de toma de decisoms diretas mediante a assembleia do povo, anteposta a qualquer estrutura supralocal.

Agustín Xaho de Zuberoa, militante republicano e euskaltzale que viveu no século XIX, já apresentará nos seus escritos um talante profundamente antiautoritário e descentralizador podendo-se-lhe atribuir -ademais de ser um dos revitalizadores da língua, a cultura e a ideia de independência dos bascos e de se negar a ser soterrado em terra cristá consagrada- a invençom do seu conceito mais querido, o das Repúblicas Federadas da Euskal Herria (*Antoine Th. d’Ab-*

badie et J. Augustin Chaho, de Navarre, Auteur de Paroles d'un Voyant, Études gramaticales sur la langue euskarienne, Paris, Arthus Bertrand, Libraire, Rue Autefeuille, 1836; Viaje a Navarra durante la insurrección de los vascos, op. cit., 1976; La leyenda de Aitor, op. cit., 1995, Palabras de un bizkaino a la reina Cristina, Likiniano, Bilbao, 1999; e a compilaçom de artigos Azti-begia eta beste izkribu zenbait, Patri Urkizuren edizioa, Elkar Klasikoak, Donostia 1992).

Dum jeito tangencial a implicaçom da CNT da Euskadi, antes, durante e depois da Guerra Civil e as suas relaçons particulares com esta comunidade, também deverão ser objeto de consideraçom. Existirám livros publicados sobre o tema como: 'La guerra civil en Euskadi' (L.M. y J.C. Jiménez de Aberasturi, Plaza y Janés, Barcelona 1978), 'Los anarquistas y la guerra de Euskadi: La comuna de San Sebastián' (Manuel Chiapuso, Txertoa, San Sebastián, 1978), 'El Gobierno vasco y los anarquistas: Bilbao en Guerra' (Manuel Chiapuso, Txertoa, San Sebastián, 1978), ou 'Casilda miliciana' (Luis M. Jiménez de Aberasturi, Txertoa, San Sebastián 1985), onde se exporam as interaçons positivas e negativas entre os diferentes sectores do bando republicano basco e onde participantes anarquistas como Likiniano, Chiapuso ou Casilda exporam os seus pontos de vista sobre a guerra, o papel dos participantes, o nacionalismo e a revoluçom. Os anarquistas bascos assinam no exílio o Pacto de Bayona com todas as forças nacionalistas e republicanas bascas. Outro texto onde se evidenciará a transiçom de determinados anarquistas históricos cara o apoio da causa independentista armada será o de 'Likiniano' (Pilar Iparragirre, Txalaparta, Tafalla 1994). Assi, e continuando com a CNT, será interessante referir-nos à comunicaçom elaborada pola Federaçom local de Iruñea, realizada para

o Congresso de Valência da CNT-Renovada (agora CGT), onde se emitirá um firme discurso em favor do direito de autodeterminação (reproduzido na revista *Bicicleta*, nº 24, dezembro 1980).

Outro dos escritores-pensadores bascos que mais influo terá no desenvolvimento dum ideário anarko-abertzale será Mark Légasse. As suas novelas e os seus folhetos serão um contínuo chamado à separação dos bascos desde pressupostos antiautoritários. Entre a sua obra poderemos salientar: ‘Las carabinas de Gastibeltza’ (*op. cit.*, 1978), ‘Los contrabandistas de Ilargi Zaharra’ (*op. cit.*, 1980), ‘Zortziko de Iraeta para Arpa y Txalaparta’ (*Txertoa, San Sebastián, 1990*), ‘Pasacalles por un país que ni existe’ (*op. cit.*, 1982), ‘Santxo Azkarraren parabola’ (*Txertoa, Donostia, 1985*), com Itxaro Borda, ‘Infante zendu batendako pabana’ (*Txertoa, Donostia 1986*), ‘Palabras de un anarquista vasco’ (*op. cit.*, 1996.). Também existirá umha biografia sua realizada por Amaia Egaña, Marc Legase: ‘Un rebelde burlón’ (*Txalaparta, Tafalla, 1997*).

Outro autor que poderemos incluir dentro desta corrente será Beltza, quem na editorial Txertoa terá textos como: ‘Nacionalismo vasco y clases sociales’, ‘Mediación y alienación: Del carlismo al nacionalismo burgués’, ‘El nacionalismo vasco en el exilio (1937-1960)’, ‘Euskadi 1984’; ademais de numerosos artigos ao respeito como o aparecido na revista *Jakin nº 51 de 1989*: ‘La revolución y las naciones oprimidas del exágono’ (*traduzido por Archipiélago nº 4 1990, pp. 67-80*). E neste sentido haverá que citar o nacionalismo revolucionário de Krutwig, a sua Vascónia e o seu deslocamento do anarko-independentismo cara o conselhismo autónomo.

Também será importante perceber como se achegam à questom os sectores procedentes do marxismo conselheirista-autónomo e do anarquismo na Euskal Herria de 70, 80 e 90. A proliferação destes enfoques dará-se num momento onde a efervescência do movimento assemblear e popular é umha realidade tangível. Um dos textos considerados um clássico dentro desta corrente será o de Bereterretxe (pseudónimo), ‘Nazio Arazoa’ (*auto-edición, Gipuzkoa 1977*). Outros escritos de importância na década de 70 serão: o manifesto ideológico do coletivo Askatasuna sobre anarko-abertzalismo tratado em forma de editorial pola revista *Askatasuna*, nº 19-20, Bilbao 1978; o artigo de Mikel Orrantia ‘La cuestión nacional’ (*revista Askatasuna*, nº 16-17, Bilbao 1977) e do mesmo autor o livro ‘La alternativa global’, (*op. cit.*, 1978). Sobre a autonomia e a questom nacional será representativo também o texto de Mikel Urriz, publicado polo coletivo Zirikatu, ‘Cuestión Nacional y Autonomía Obrera en Euskal Herria’ (*Irakurgaiak nº 9, Bilbao 1987*). Outros livros de mais recente aparição sobre o tema dos Comandos Autónomos anticapitalistas serão: ‘Comandos Autónomos. Un capitalismo iconoclasta’ (*Likiniano, Bilbo, 1996*) e ‘Komando Autonomoak. Una historia anticapitalista’ (*Likiniano, Bilbo, 1998*).

Já na década de 80 editar-se-á o livro de Jakue Pascual e Mark Légasse, ‘Anarkherria’ (*op. cit.*, 1986) o qual, dentro da corrente anarko-abertzale, exporá o desenvolvimento dum espírito antiautoritário basco baixo o pulo da reiterada pugna contra os estados centralistas. Os eixos desta análise decorrerám através da questom do Estado, a independência e o punk, como corrente estética ruturista que nos meados de 80 sacudirá os fundamentos tradicionais da sociedade basca.

O debate sobre o anarquismo e a independência dos povos continuará durante a década de 90. Em julho de 1990 o coletivo Ikaria de Barcelona convocará umhas jornadas de debate, como continuação das começadas na Sardenha, nas quais se abordarám os temas do anarco-independentismo, a cultura, o ecologismo, a luta armada e a liberação nacional e nas quais se darám cita grupos pertencentes a diferentes nações sem Estado (ExIkaria, Xerrades Internacionais Anarcoindependentistes, boletim de setembro de 1991). Nesses momentos existiam no estado espanhol diversos coletivos que se ubicarám numha linha anarco-independente como Arabisem das Canárias e o Fanzine El Baifo da mesma comunidade, Treboada da Galiza, Ikaria da Catalunya ou Zirikatu da Euskal Herria; ademais de manter-se contatos com grupos afins do Quebeque, a Ocitânia, a Sardenha e a Sicília. Também, e a modo de exemplo, referiremos o resumo do fanzine *Resiste* do debate sobre anarquia e questom nacional celebrado na casa ocupada de Lore Etxea de Iruñea, a 21 de setembro de 1991 (‘Debate sobre la independencia’, nº 13, janeiro 1992). Outro texto que indiretamente se poderá incluir nesta reflexom será o produzido polo Grupo de Debate de Bedia sobre o antimilitarismo e a questom nacional e que será reproduzido no *Resiste* nº 11 de fevereiro de 1991, baixo a denominação de ‘Antimilitarismo y autodeterminación en Euskal Herria’.

Mais referentes possíveis deste pensamento podemos encontrá-los também no escritor e político bretom Émile Masson, fundador em 1900 da Federação Socialista da Bretanha e dous anos depois da revista em língua bretá Brug (Urze), de caráter socialista e libertário. Fixo também nessa linha o chamamento polo que é conhecido: “Bretons socialistas, há que falar aos nossos irmáns labradores na sua língua”. Mais

tarde foi membro do comité de redaçom do jornal Breizh Dishual (Bretanha Livre), futuro órgao do incipiente movimento nacionalista bretom, ademais de colaborar com a publicação La Bretagne Libertaire.

Outra conexom entre emancipaçom nacional e individual deu-se no pensamento dum dos nomes fundacionais do nacionalismo canário, Secundino Delgado (1867-1912). Migrado na Cuba, fijo-se seguidor do anarco-sindicalismo e participa na luta contra a Espanha. Depois tem que se exilar à Venezuela, onde funda o jornal El Guanche e propom a independência das Canárias. De volta às ilhas colabora coa anarco-sindicalista Associação Operária das Canárias e funda mais tarde as primeiras organizaçoms políticas nacionalistas, ademais de criar também a publicação Vaca-guaré (“quero morrer”, berro de resistência guanche), onde escreve:

“Enquanto respire, vou lutar pola autonomia dos povos e dos indivíduos custe o que custe. (...) Todo pola liberdade dos povos e dos homens. (...) Como dizia Bakunin, que ao mesmo tempo que predicava a grande revoluçom política, económica e social, nom abandonava as regions conquistadas e submetidas a potências estranhas”.

Se alguém considera que esta brochura está composta de dogmas e está escrita por chefes, que a boicote, que a queime, que assalte as livrarias onde se venda e as distris que a repartam.

Mas, Olho!!, só se de verdade é lei, nom vaia ser que umha outra lei, de qualquer tipo, intente proibir o que aqui se expom.

Historicamente, só alguns autores, certas individualidades e efémeros projetos abordárom o conflito de libertaçom do povo galego e dos povos oprimidos em geral desde um prisma antiautoritário integral e, normalmente, quando o figérom foi através de preconceitos ideológicos, sem chegarem a compreender a sua essência, deixando o terreno livre para todo quanto instrumentalizador e autoritário há em todas as iniciativas e operaçoms propagandísticas levadas a cabo por grupos políticos presentes no território. Um dos vários motivos poderia ser a falta de memória e trabalho de recuperaçom com respeito os laços associativos e tecidos comunitários que ligárom o nosso país durante longo tempo desde a sua própria base, assegurando a sua sobrevivência com diversos ensaios autogeridos como aspeto comum. Talvez a consideraçom mais atenta sobre esta problemática por parte de novas geraçoms de moços antiautoritários galegos desde fai mais ou menos umha dúzia de anos, inaugurou para o independentismo novas possibilidades projetantes de caráter libertário no contexto de tensom da luta pola autodeterminaçom do povo galego e que poderiam representar um problema de gestom para o Estado-capital em geral, e um rejeitamento íntegro dos Estados tradicionais em concreto, mas no momento presente falamos só dumha interessante projeçom, achando em falta e aproveitando também esta compilaçom de textos para reclamar umha sólida projetualidade.

EDIÇONS DIÁSPORA